

18 de Novembro 2011

Perita da ONU em pobreza pergunta: será que a década de desenvolvimento e assistência internacional beneficiou todos os timorenses?

DÍLI – “Apesar do progresso ao nível da redução da pobreza é necessário um maior esforço para garantir que o crescimento e a assistência internacional beneficiam os mais pobres, em especial nas áreas rurais,” afirmou a Relatora Especial das Nações Unidas sobre pobreza extrema e direitos humanos, Magdalena Sepúlveda, no final da sua primeira missão de apuramento de factos* em Timor-Leste, apontando para um aumento na desigualdade entre a população timorense que reside nas zonas urbanas e a que reside nas zonas rurais.

Durante as suas reuniões com agentes do Governo, representantes da sociedade civil e comunidades que vivem na pobreza, a Relatora Especial recolheu informações em primeira mão sobre várias questões, incluindo acesso a serviços básicos, igualdade entre os géneros e desenvolvimento sustentável, com impacto directo no usufruto dos direitos humanos por parte dos timorenses que vivem na pobreza.

“A economia timorense continuou a registar um crescimento impressionante de dois dígitos, não obstante a crise económica e financeira global,” referiu a Sra. Sepúlveda. “Embora o país tenha registado recentemente uma redução na pobreza para uns estimados 41 por cento em 2009, a pobreza – entendida não apenas como privação económica mas também como abrangendo exclusão social, cultural e política – continua entranhada e disseminada. Perante isto é necessário perguntar se os mais pobres entre os pobres têm usufruído dos benefícios deste crescimento,” afirmou. Dos 75 por cento da população que residem em áreas rurais, a maioria continua presa em ciclos intergeracionais de pobreza.”

Embora reconhecendo os enormes esforços desenvolvidos pelo Governo com vista a reduzir a pobreza num cenário problemático pós-conflito, a perita da ONU chamou a atenção para as crescentes desigualdades entre áreas urbanas e rurais que parecem resultar de uma abordagem a duas velocidades ao desenvolvimento, favorecendo Díli em detrimento das áreas rurais. “Os elementos mais ricos da sociedade timorense possuem uma riqueza quase 180 vezes superior à dos mais pobres dos pobres,” destacou a Sra. Sepúlveda.

Pese embora os passos positivos que foram dados por Timor-Leste na adopção do novo Plano Estratégico de Desenvolvimento a 20 anos, a Sra.

Sepúlveda apelou a um maior investimento público em serviços sociais e desenvolvimento humano. “É altamente preocupante constatar que, embora o orçamento do estado tenha aumentado nos últimos anos, se verifica uma diminuição constante nas despesas públicas com serviços sociais tais como educação e saúde, bem como com a agricultura.”

No orçamento de 1,8 mil milhões de dólares projectado para 2012, 6,3 por cento das despesas irão para a educação, menos de 3 por cento para a saúde e cerca de 1 por cento para a agricultura, comparativamente com quase 50 por cento para infra-estruturas. A perita da ONU mostrou-se preocupada com esta abordagem, referindo que “economias com níveis mais elevados de despesa social registam maiores níveis de crescimento económico, uma vez que pessoas saudáveis e instruídas são trabalhadores mais produtivos.”

“À medida que continua o processo de consolidação da paz e da segurança, Timor-Leste depara-se com uma oportunidade única para assentar os alicerces de uma sociedade equitativa e justa em prol das gerações futuras. Só investindo em capital humano, desenvolvendo a capacidade institucional e buscando a concretização progressiva de todos os direitos económicos, sociais, políticos, civis e culturais será possível para o Governo cumprir a sua enorme responsabilidade. É hora de colmatar as lacunas existentes e de derrubar as barreiras – a nível de géneros, geografia, línguas e outros – que impedem a maior parte da sociedade timorense de desfrutar dos frutos do desenvolvimento,” encorajou a Sra. Sepúlveda.

Continuando, apontou para a necessidade essencial de dar resposta a problemas consideráveis em termos de segurança alimentar e nutrição, acesso a serviços de saúde e educação, altos níveis de desemprego entre os jovens e acesso à justiça. Reconheceu as complexidades com que os decisores políticos se debatem numa sociedade pós-conflito com escassez de recursos. Para dar uma resposta eficaz a estes desafios é necessário atribuir maior ênfase ao sector agrícola e à economia rural, bem como desenvolver os sectores não petrolíferos da economia.

Destacou que o foco no desenvolvimento equitativo e sustentável não só ajudará Timor-Leste a cumprir com as suas obrigações ao nível dos direitos humanos como também criará uma sociedade mais estável. “Se não for dada prioridade a uma resposta às situações de pobreza e desigualdade a coesão social será afectada e os avanços impressionantes conseguidos por Timor-Leste rumo à consolidação da paz e da segurança poderão estar em risco.”

A Relatora Especial irá apresentar um relatório completo sobre Timor-Leste ao Conselho de Direitos Humanos em 2012.

(*) Ver a declaração completa de fim de missão por parte da Relatora Especial:
[BBBvVVvnnlKkkLkjjjeelll](#)

FIM

Magdalena Sepúlveda foi nomeada Relatora Especial sobre pobreza extrema e direitos humanos em Maio de 2008 pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. É independente de qualquer governo ou organização.

Para saber mais sobre o mandato e o trabalho da Relatora Especial é favor visitar
<http://www.ohchr.org/EN/Issues/Poverty/Pages/SRExtremePovertyIndex.aspx>

Página do GACDH – Timor-Leste:
<http://www.ohchr.org/EN/Countries/AsiaRegion/Pages/TPIndex.aspx>

*Para mais informações e **solicitações de imprensa**, é favor contactar:*

- Genebra: Lidia Rabinovich (tel.: +41 22 917 97 63 / correio electrónico:
srextremepoverty@ohchr.org)

- Díli: Yoonie Kim ou Anjet Lanting (tel.: +670 7327107 / 7230714; correio electrónico:
ykim@ohchr.org / lanting@un.org)

Direitos Humanos da ONU – siga-nos nas páginas sociais:

<http://www.facebook.com/unitednationshumanrights>

<https://twitter.com/unrightswire>